

Reforma Policial na América Latina: contribuições da Rede Latino-Americana de Policiais e Sociedade Civil

97

RACHEL MAÎTRE E
ANTÔNIO CARLOS CARBALLO BLANCO

INTRODUÇÃO: A NECESSÁRIA REFORMA

Vinte anos depois das transições democráticas formais na América Latina, muitos países da região sofrem hoje de níveis extremamente altos de violência e criminalidade, e da incapacidade das suas agências policiais de lidar com estes fenômenos de uma forma que seja eficiente e respeitosa aos direitos humanos.

Por outro lado, em face desse crescente aumento da violência e da criminalidade na região, acompanhadas ou não da elevação do sentimento de medo ou da sensação de insegurança pública, verifica-se que as reações da população e dos governos nacionais em contraposição ao fenômeno delitivo, não conseguem expressar políticas públicas de segurança objetivas e consistentes, capazes de intervir efetivamente na realidade, criando condições politicamente estruturais e tecnicamente sustentáveis.

Não raro, excelentes experiências progressistas na área de segurança pública, com potencial transformador das relações tradicionais de gestão, nas suas variadas dinâmicas interativas, protagonizadas pela tríade Estado, Polícia e Sociedade, não chegam ao nível de institucionalização.

São saberes e práticas abandonadas ao largo do caminho, por motivação política, quase sempre resultante de múltiplos interesses políticos-partidários

inconfessáveis, sejam de natureza econômica, política ou social, e que trafegam paralelamente aos interesses do próprio Estado através de uma via que, muitas das vezes, transige com a própria ilegalidade. Nesse contexto, o sistema de representação político-social, aliado às práticas do assistencialismo, do clientelismo e do patrimonialismo, constitui uma das formas de expressão dessa realidade.

Temos então de um lado, as demandas e as expectativas sociais cultivadas num ambiente de degeneração do pacto social, que clamam por soluções rápidas, imediatas, em alguns casos até extrapolando o próprio limite da Lei, como por exemplo, o envolvimento de segmentos da sociedade civil no fomento e no financiamento de grupos de extermínio, grupos paramilitares e outras formas de expressão do poder paraestatal.

Do outro lado, os gestores da política pública, ineptos, porque estão imersos numa cultura secular de apropriação do espaço público para a gestão de interesses privados, e porque impelidos, conscientemente ou não, pelo mundo semiótico, tendem a agir de maneira voluntarista, sem a preocupação com o rigor metodológico a que deve ser submetido o planejamento e a execução das políticas públicas. Nesse sentido, *“os governos de turno prometem soluções milagrosas em circunstâncias que exigem respostas de longo alcance, e exercem pressão sobre as forças de segurança para produzir resultados no curto prazo, sem querer assumir o custo político e econômico que implica a implementação das reformas estruturais necessárias para modernizar as organizações policiais da região”*¹.

Não obstante, do cenário acima traçado, comprehende-se que a reforma das instituições policiais foi marginalizada na década de 90 pela ênfase colocada na reforma das Forças Armadas e pela necessidade de assegurar certa estabilidade interna no período de consolidação democrática. As exceções decorreram de choques de grande amplitude, como as guerras civis centro-americanas que provocaram re-fundações totais das instituições policiais, baixo a égide das Nações Unidas.

Todavia, uma reforma profunda das instituições policiais da região é hoje urgente, enquanto nova fase da consolidação democrática e como pré-requisito à instauração de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e humano. Com efeito, é sabido que a violência e a criminalidade afetam, principalmente, os segmentos mais pobres e vulneráveis (jovens, minorias étnicas

1 Florencia Fontán-Balestra, advogada, idealizadora e consultora da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil, 2007.

e mulheres) que também são as primeiras vítimas de um sistema de justiça criminal e segurança pública ineficazes.

No entanto, a reflexão sobre as instituições policiais continua fundamentalmente endógena: a formação policial e as políticas de desenvolvimento institucional são conduzidas desde dentro da instituição, por policiais que foram formados pela própria instituição e que não dialogam com agências civis nacionais nem com outras forças policiais. Assim toda política de reforma é necessariamente parcial, fundamentalmente inspirada pela própria instituição a reformar e, portanto, incompleta.

Quando uma abertura à cooperação existe, se dá principalmente com o “Primeiro Mundo” (em particular os Estados Unidos, Canadá e Espanha) e com organizações internacionais (Banco Mundial, PNUD, a União Européia, etc.). Isto se deve fundamentalmente a motivos financeiros, a assessoria técnica oriunda destes países ou instituições sendo acompanhada de recursos para a implementação dos programas recomendados. No entanto, é sabido que reformas desenhadas de fora, sem conhecimento das especificidades locais e do ambiente institucional histórico são destinadas a fracassar ou a ser, tão somente, parcialmente integradas.

I. A APOSTA LATINO-AMERICANA

Neste contexto, a Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil foi criada em 2006, para servir de plataforma de intercâmbio entre atores latino-americanos do setor segurança. A primeira hipótese que sustenta a criação da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil é que para problemas latino-americanos devem-se buscar soluções latino-americanas.

No contexto de crescentes ameaças transnacionais, em particular os tráficos de drogas e armas, os países latino-americanos tem desenvolvido alguns mecanismos de cooperação no plano da inteligência (Ameripol) e, mais raramente no plano operacional (por exemplo uma colaboração em volta da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai). No entanto, as colaborações são ainda incipientes e, dificilmente dizem respeito à formação policial, aos mecanismos de *accountability* ou aos projetos de reforma das instituições. O intuito da Rede é que estes mecanismos de cooperação (ainda pouco difundidos) possam ser plenamente desenvolvidos, solidificados, normalizados e generalizados.

É claro que as dificuldades enfrentadas pelas polícias de diferentes países e diferentes regiões não são iguais, mas as semelhanças aparecem tamanhas

que possibilitam analogias e adaptações mais fáceis e rápidas do que com qualquer outro país de outra região.

Assim, a Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil propõe multiplicar os estudos comparativos entre países que compartilham uma história recente, apresentam características sociais parecidas e encontram problemas de violência e segurança relativamente similares.

Pretende também promover intercâmbios entre organizações policiais da região e, assim, criar uma dinâmica regional de colaboração que permita não somente a adaptação e implementação em outro local de projetos específicos que deram certo, como também, a emergência de novos modelos, realmente apropriados ao contexto latino-americano.

2. A APOSTA DA TROCA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E POLÍCIA

Como mencionamos, a reforma policial ainda é pensada, quase que exclusivamente, a partir de dentro da instituição policial. Considerando-se que um dos maiores problemas enfrentados pelas instituições policiais da região, atualmente, é a sua crise de legitimidade com respeito à sociedade, é evidente que nenhuma reforma endógena e imposta irá resolver este déficit de confiança.

Mas não se trata somente de instaurar mecanismos de consulta das expectativas da sociedade (apesar disso ser de suma importância), senão que é fundamental que as instituições policiais se abram às idéias, opiniões e propostas da sociedade civil organizada especializada. Com efeito, existem na região muitos centros de pesquisa, ONGs e associações dedicadas à defesa dos direitos humanos e ao tema da segurança pública, cuja contribuição poderia ser ouvida, com proveito, no momento de se pensar a reforma das instituições policiais.

Muitas destas organizações nasceram para denunciar os abusos cometidos pela Polícia e as Forças Armadas durante os regimes militares, como também no período de redemocratização. Com a estabilização democrática, algumas mudaram de orientação, especializando-se na defesa de grupos vulneráveis (mulheres, negros, indígenas, gays, etc.), outras continuaram seu trabalho de denúncia da truculência policial e de pressão junto aos governos.

Destas, uma parte - ONGs, universidades e centros de pesquisa - tomaram para si uma posição pró-ativa na área da segurança pública, com pesquisa de alta qualidade, projetos junto às polícias e propostas sobre reforma. É justamente, este perfil de organização que a Rede propõe agregar e articular.

Com efeito, há muitos jovens oficiais de polícia na região que gostariam de ver as coisas feitas de forma diferente, mas carecem de apoio político e institucional para pensar e testar alternativas inovadoras. Muitas vezes desconhecem o trabalho das organizações mencionadas e, por conseguinte, não têm acesso as pesquisas realizadas fora da própria instituição policial.

A proposta da Rede é, então, aproximar estes atores policiais comprometidos com a reforma e organizações civis – promover o diálogo e a colaboração entre eles superando sua histórica desconfiança mútua e integrar a produção científica e o conjunto de conhecimentos oriundos das vivências policiais. Este diálogo crítico e produção conjunta de conhecimento devem provocar o fortalecimento coletivo destes atores, permitindo-os pleitear suas propostas com dupla legitimidade: os policiais fornecem uma legitimidade interna à empreitada enquanto a sociedade civil a isenta da suspeita de corporativismo.

3. A REDE: 3 ANOS DE AÇÃO

A Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil nasce em 2006 desta dupla aposta - construir um espaço latino-americano de troca entre policiais e sociedade civil qualificada – com a missão de criar, difundir e fazer adotar propostas inovadoras para instituições policiais mais eficientes e adaptadas ao regime democrático.

O objetivo superior dessa rede é justamente dar visibilidade a essas iniciativas inovadoras, muitas vezes coroadas de êxitos outras eivadas de fracassos, institucionalizadas ou não, mas que devido a sua originalidade e valor intrínseco reveste-se de significativa relevância social, apesar, em alguns casos, do pouco reconhecimento público. Também é objetivo da Rede, viabilizar a construção de pontes e canais de diálogo entre policiais, gestores públicos, pesquisadores e líderes de organizações da sociedade civil organizada.

O espaço da rede pode ser compreendido através de sua dimensão integrativa, *sem o estabelecimento de hierarquias, de modo a valorizar os diversos saberes e práticas, num processo contínuo de construção e entendimento da realidade em uma dinâmica de participação permanente*².

² Jacqueline de Oliveira Muniz, antropóloga e coordenadora acadêmica da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil, citada por Carola Mitrany em “América Latina: construção de polícias a várias mãos”, Portal Comunidade Segura, 14/11/2007, matéria disponível em: www.comunidadessegura.org/?=pt/node/37211

Hoje, a Rede Latino-Americana conta com a participação de pesquisadores e policiais de 10 (dez) países da América do Sul e América Central (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Venezuela), que representam 31 (trinta e uma) corporações policiais e 12 (doze) organizações da sociedade civil.

Mais especificamente, a Rede é desenhada para atingir os seguintes objetivos:

1. Construir canais de diálogo e cooperação entre os membros das forças policiais e os membros da sociedade civil e os pesquisadores da área;
2. Legitimizar a existência de movimentos de reforma dentro das instituições de segurança pública;
3. Capacitar e empoderar oficiais de polícia que poderão estar em posições-chave de comando daqui a alguns anos e aperfeiçoar a sua participação em discussões sobre reforma da polícia;
4. Desenvolver os mecanismos necessários para que esses atores possam exercer influência nas agendas nacionais e regionais de segurança pública.

Juntando ativistas, acadêmicos e policiais, a Rede se constitui como uma plataforma de intercâmbio e fluxos de idéias e propostas, um espaço interdisciplinar e interinstitucional, que valoriza os indivíduos e dá oportunidade aos seus membros de trocar e debater, sendo livres das amarras corporativistas. Mediante a promoção de atividades de intercâmbio de conhecimento e experiências, através de cursos, fóruns, *chats*, visitas técnicas de estudo, conferências, publicações etc., a Rede tem contribuído para pensar novas políticas e estratégias no campo da segurança pública, principalmente com vistas à difusão e aplicação desses novos conhecimentos, modelos e técnicas.

Em seus três primeiros anos de vida, a Rede teve por principais linhas de ação a criação e a difusão de conhecimento articulado em três eixos: Estado e Polícia, Sociedade e Polícia e Polícia e Polícia. Em torno destas linhas estruturais se organizaram temas de reflexão: Mandato Policial e Uso da Força em Sociedades Democráticas; Universalismo e diversidade na Prestação de Serviços Policiais; Mecanismos de Participação Social; Controles Internos e Externos; Planejamento, Gestão e Avaliação do trabalho policial ; etc. Todos temas onde os membros da Rede acreditam que a participação da sociedade civil é frutífera e necessária para que a reforma se faça no sentido do interesse público.

Um primeiro passo foi dado com a organização em 2006 e 2007 no Rio de Janeiro de duas edições do Curso de Liderança para o Desenvolvimento

Institucional Policial, do qual participaram policiais de nível intermediário e representantes de ONGs e centros de pesquisa de um total de dez países, que se tornaram os primeiros membros da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil. Ao mesmo tempo alunos, professores e moderadores dos debates, os participantes do Curso eram também os autores do material didático usado. Deste modo, a Rede desde sua criação tomou por premissa a legitimidade equivalente dos saberes universitários e policiais. As experiências e práticas dos policiais comprometidos com o respeito aos direitos humanos e a democratização dos seus países, sintetizadas em estudos de caso, confrontadas com artigos científicos de pesquisadores civis, são o que permite o surgimento de propostas inovadoras e concretas para a reforma das organizações policiais.

Símbolo palpável desse importante esforço de integração, de organização e sistematização de conhecimentos pouco visíveis, é o livro “Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-Americanos”, que segundo Soraya El Achkar representa “*um diálogo entre as práticas sociais e as práticas policiais com intenção de discutir as construções teóricas com as práticas em si*”³.

O cruzamento de “saberes e práticas” é também o fio condutor dos intercâmbios virtuais, quando a distância física entre os membros torna imprescindível um espaço na Internet⁴ que vincule permanentemente o nível local e o regional, disponibilize o material produzido pelos membros, e difunda notícias sobre a situação da reforma policial nos países da região. Com suas funções de *chat* e fóruns temáticos, o *site* é um ponto de encontro para os membros, um espaço social, de motivação e empoderamento mútuo e ao mesmo tempo um espaço de criação de conhecimento através do intercâmbio de experiências, de perspectivas, de resgates de trajetórias individuais e de histórias nacionais.

O espaço virtual dá uma liberdade grande aos usuários para se exprimir, trocar de igual a igual, se desfazer das amarras e das hierarquias inibidoras. A síntese dos debates dos *chats*, publicada no *site*, serve de insumo para que nos fóruns haja um debate mais amplo, aberto a todos e, que irá aprofundar o que

3 Soraya El Achkar, ativista de derechos humanos, membro da ONG venezuelana *Red de Apoyo por la Justicia y la Paz* e socia da Rede, citada por Carola Mittrany em “Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil”, Portal Comunidade Segura, 01/02/2008, matéria disponível em: www.comunidadessegura.org/?=pt/node/38102

4 A Rede mantém na Web, um blog permanente onde é possível acessar diversos documentos de interesse para consulta e debate sobre a segurança pública na América Latina: <http://policiaesociedade.comunidadessegura.org>

fora previamente discutido no *chat*, enriquecê-lo de novos pontos de vista, e dar a conhecer o conteúdo híbrido surgido dos cruzamentos de olhares e perspectivas dos atores, fundamentalmente, diferentes, mas que tendem até um mesmo horizonte.

É assim que a Rede constrói aos poucos uma comunidade mista de boa vontade e de responsabilidade moral e política frente à violência epidêmica e ao desrespeito aos direitos dos cidadãos. Com seu programa de visitas de estudo, que leva um policial a conhecer a instituição policial de outro país, sua rotina e seus programas de destaque em termos de formação policial, de prevenção do delito e de controle do desempenho policial, a Rede consegue, finalmente, que seu esforço de desenvolvimento e difusão de experiências cruzadas dê resultados tangíveis: um modelo de centro de atendimento comunitário desenvolvido em Bogotá é adaptado em Belo-Horizonte; técnicas de prevenção da criminalidade juvenil organizada são importadas de El Salvador para Argentina; mecanismos chilenos de participação da comunidade são incorporados pela Policia Federal Preventiva do México⁵.

Se estas aplicações diretas ainda são escassas e representam feitos isolados, mostram com clareza que o caminho escolhido pela Rede é o certo: as trocas de experiências entre policiais da região, a normalização e intensificação das relações entre policiais e organizações da sociedade civil, o fortalecimento e a ampliação de uma comunidade de especialistas determinados e confiantes, são os passos progressivos, lentos, mas seguros, que permitem mudar o jeito de se fazer segurança no continente.

Rede brasileira de policiais e sociedade civil (RPS – Brasil)

Baseada nos mesmos princípios norteadores e pensada a partir da plataforma conceitual e do próprio ambiente interativo propiciado pela Rede Latino-Americana, a RPS – Brasil foi criada em meados de 2008 e tem como um dos objetivos prioritários a organização e sistematização de conhecimentos e experiências no campo da segurança pública que foram ou que estão sendo produzidas para além do eixo Sul-Sudeste.

Pretende-se com essa iniciativa desenvolver no âmbito nacional maior conectividade e difusão entre os saberes e as práticas inovadoras associadas à

5 Está em curso uma pesquisa de impactos da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil, cujos resultados estarão disponíveis em breve no *site* da Rede. <http://policiaesociedade.comunidadessegura.org>

temática da segurança pública, principalmente àquelas que apresentam um baixo nível de apoio e capilaridade institucional. *O objetivo é transformar o empirismo em conhecimento sistematizado sobre segurança pública.*⁶

Por ocasião da fundação da RPS – Brasil, no mês de setembro de 2008, foi realizado no Rio de Janeiro um *workshop* que reuniu 14 (quatorze) experiências profissionais distintas, provenientes de todas as regiões do Brasil, selecionadas, dentre mais de 490 inscrições oriundas de todo o território nacional⁷

CONCLUSÃO

Assim, indivíduos e organizações da sociedade civil, decididos a juntar suas forças para reformar as instituições policiais da região já conseguiram se tornar uma comunidade ativa de reflexão e ação, aberta a novas opiniões e pontos de vista, sempre respeitando as diferenças, e cada vez mais sólida. Caldo fértil de idéias e de motivação, a Rede é hoje mais que uma plataforma de encontro, já representa uma força maior que a soma de seus integrantes.

Os seus membros, especialmente policiais, encontram nela um respaldo para iniciativas corajosas - e muitas vezes isoladas - de aprimoramento da sua corporação, tanto em termos de conteúdo quanto de confiança de estar seguindo na direção certa.

Esta constatação, feita na Conferencia Regional da Rede realizada em Santiago do Chile em Novembro de 2008, é um sinal aberto para intensificar o trabalho de criação e difusão de estudos comparados, aprofundando temáticas já abordadas entre os membros e, aproveitando do enorme acervo de informação e experiências a disposição da Rede para realizar cruzamentos inéditos. É também um incentivo para investir em campos específicos que reclamam a participação da sociedade civil e onde a ação da Rede pode ter seus efeitos multiplicados rapidamente.

6 Haydée Caruso, antropóloga, Coordenadora da Rede Latino-Americana de Policiais e Sociedade Civil de 2006 a 2008, citada por Graciela Bittencourt em “Policiais de todo o Brasil relatam suas experiencias”, 17/09/2008, Portal Comunidade Segura, matéria disponível em: www.comunidadessegura.org/?=pt/node/40504

7 A RPS Brasil mantém uma sólida parceria com o Forum Brasileiro de Segurança Pública, unindo assim, a capilaridade atingida pelo Forum, que hoje reúne em seus quadros os mais renomados especialistas Brasileiros na área, com a capacidade da Rede de atrair um número crescente de policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, peritos criminais e guardas municipais.

A formação dos policiais e a *accountability* policial são domínios-chave neste sentido. Neles pode se estender e solidificar um movimento conjunto, de policiais e sociedade civil, que seja legítimo dentro e fora das corporações, criativo e inovador, capaz de insuflar propostas e iniciativa para uma mudança profunda do cenário de segurança pública na América Latina.

Desejamos que num futuro, não muito distante, a divulgação sistemática dos saberes e das práticas inovadoras, quase sempre invisíveis aos olhos da sociedade, possa de alguma forma inspirar e encorajar os governantes com vistas à formulação de novas políticas, estratégias e modelos de segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARUSO, Haydée, MUNIZ Jacqueline, CARBALLO BLANCO Antônio Carlos (orgs.), *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-americanos*, Rio de Janeiro, Publit, 2007
- FONTÁN BALESTRA, Florencia, *Prefácio*. In CARUSO Haydée, MUNIZ, Jacqueline, CARBALLO BLANCO, Antônio Carlos (orgs.), *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-americanos*, Rio de Janeiro, Publit, 2007, pp.11-13.
- DAMMERT, Lucía, BAYLEY, David, (coords.), *Seguridad y Reforma Policial en las Américas: Experiencias y desafíos*, México, Siglo XXI editores, 2005.
- FRÜHLING, Hugo, CANDINA, Azun, (orgs.) *Policia, Sociedad y Estado. Modernización y reforma policial en América del Sur*, CED, Santiago, 2001.
- ZIEGLER, Melissa, NIELD, Rachel (orgs.), *From Peace to Governance: Police reform and the international community*, Washington, Washington Office on Latin America WOLA, 2002
- GOHN, Maria da Glória (org.) *Movimentos Sociais no inicio do Século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2003

Rachel Maître. Cientista política e Coordenadora executiva da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil.

Antônio Carlos Carballo Blanco. Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Sociólogo, Sócio fundador e Coordenador pedagógico da Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil.

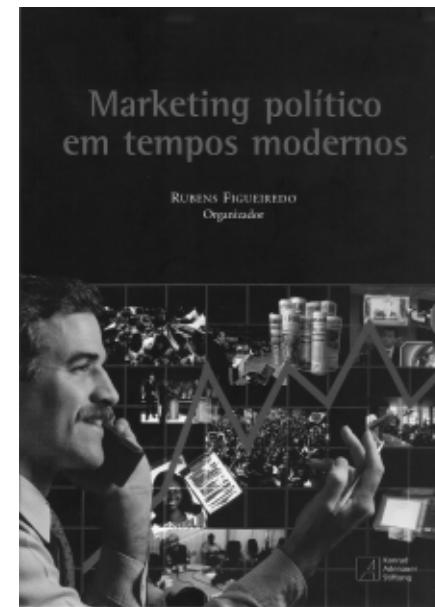
Publicações anteriores dos Cadernos Adenauer



- Governança global** (n.3, 2008)
- Política local e as eleições de 2008** (n.2, 2008)
- 20 anos da Constituição Cidadã** (n.1, 2008)
- A mídia entre regulamentação e concentração** (n.4, 2007)
- Partidos políticos: quatro continentes** (n.3, 2007)
- Geração futuro** (n.2, 2007)
- União Européia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional** (n.1, 2007)
- Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006** (n.4, 2006)
- Brasil: o que resta fazer?** (n.3, 2006)
- Educação e pobreza na América Latina** (n.2, 2006)

- China por toda parte** (n.1, 2006)
- Energia: da crise aos conflitos?** (n.4, 2005)
- Desarmamento, segurança pública e cultura da paz** (n. 03, 2005)
- Reforma política: agora vai?** (n. 02, 2005)
- Reformas na Onu** (n. 01, 2005)
- Liberdade Religiosa em questão** (n. 04, 2004)
- Revolução no Campo** (n. 03, 2004)
- Neopopulismo na América Latina** (n. 02, 2004)
- Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia** (n. 01, 2004)
- Mundo virtual** (n. 06, 2003)
- Os intelectuais e a política na América Latina** (n. 05, 2003)

- Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** (n. 04, 2003)
- Segurança cidadã e polícia na democracia** (n. 03, 2003)
- Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas** (n. 02, 2003)
- Eleições e partidos** (n. 01, 2003)
- O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas** (n. 06, 2002)
- O Nordeste à procura da sustentabilidade** (n. 05, 2002)
- Dilemas da Dívida** (n. 04, 2002)
- Ano eleitoral: tempo para balanço** (n. 03, 2002)
- Sindicalismo e relações trabalhistas** (n. 02, 2002)
- Bioética** (n. 01, 2002)
- As caras da juventude** (n. 06, 2001)
- Segurança e soberania** (n. 05, 2001)
- Amazônia: avança o Brasil?** (n. 04, 2001)
- Burocracia e Reforma do Estado** (n. 03, 2001)
- União Européia: transtornos e alcance da integração regional** (n. 02, 2001)
- A violência do cotidiano** (n. 01, 2001)
- Os custos da corrupção** (n. 10, 2000)
- Fé, vida e participação** (n. 09, 2000)
- Biotecnologia em discussão** (n. 08, 2000)
- Política externa na América do Sul** (n. 07, 2000)
- Universidade: panorama e perspectivas** (n. 06, 2000)
- A Rússia no início da era Putin** (n. 05, 2000)
- Os municípios e as eleições de 2000** (n. 04, 2000)
- Acesso à justica e cidadania** (n. 03, 2000)
- O Brasil no cenário internacional** (n. 02, 2000)
- Pobreza e política social** (n. 01, 2000)



Marketing político em tempos modernos

Organizador: Rubens Figueiredo

ISBN: 978-85-7504-124-6

Este livro mostra as diversas facetas de como se faz uma campanha política moderna. Em dez capítulos, escritos por profissionais renomados e respeitados no mercado eleitoral, é possível mapear e entender os principais instrumentos utilizados na área. Trata-se de uma contribuição importante e original ao desenvolvimento do marketing político no país.

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse:

www.kas.de/brasil